

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.007

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR NETNOGRÁFICO SOBRE A RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

KAMILA KARINE DOS SANTOS WANDERLEY

Mestra em Formação de Professores pela Universidade Estadualda Paraíba - PPGFP/UEPB, kamilakari-nesw@hotmail.com

MATHEUS FERREIRA DA SILVA

Graduando pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, matheus-fe95pb@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo propor uma incursão analítica e sistematizada na live intitulada "Educação do Campo e os Sujeitos Coletivos de Direitos", veiculada pelo canal do Youtube.com do Fórum Nacional da Educação do Campo (TV Fonec). Especificamente, pretende-se:1. Analisar a importância política e organizacional da live no contexto da articulação das organizações do Movimento da Educação do Campo;2. Fundamentar a análise por meio de referências teóricas, especialmente estudos que abordam a Educação do Campo;3. Identificar a Educação do Campo como um direito e dever do Estado, ressaltando seu papel como instrumento de resistência e enfrentamento ao projeto neoliberal.Neste íterim, por meio deste trabalho, buscamos responder à seguinte questão: Como as lutas em prol da Educação do Campo em uma sociedade desigual revelam não apenas os problemas existentes, mas também anunciam conhecimentos e vivências?Para embasar teoricamente a análise, foram considerados estudos realizados por Arroyo (2003, 2020), Silva (2021) e Leher (2023), entre outros. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, descritiva e analítica, com abordagem netnográfica de Kozinets (2014). Ressalte-se que o trabalho apresentado tem a sua importância no sentido de destacar a Educação do Campo, como vital direito e dever do Estado, que emerge como trincheira de resistência e contraposição ao modelo neoliberal, fortalecendo o projeto contrário hegemônico para uma sociedade renovada.

Palavras-chave: Direitos coletivos; Educação do Campo; Fonec; Memórias; Netnografia.

INTRODUÇÃO

Durante o período de 2020 a 2022, a disseminação global da Covid-19 resultou na adoção de diversas medidas abrangentes, abordando não apenas preocupações de saúde pública, mas também desdobramentos nas esferas econômica, social, política e educacional.

Nesse cenário de emergência sanitária global, Silva (2021, p.1) evidencia que “no contexto educacional, a pandemia de Covid-19 trouxe uma série de complicações, como: fechamento das escolas, suspensão das aulas, mudanças no processo de ensino e aprendizagem com adoção das aulas remotas, dentre outros”. A situação torna-se mais grave nas escolas básicas do campo, onde se evidencia um alto índice de exclusão educacional. Além disso, as condições de acesso e utilização das tecnologias de comunicação para a implementação do ensino remoto também se mostram precárias. (Silva, 2021).

Diante dessa circunstância, o Fórum Nacional de Educação (Fonec) reconheceu a necessidade de criar um canal na plataforma de vídeos **YouTube**¹ para discutir os desafios e as demandas educacionais durante a pandemia. Com o isolamento social, surgiram a necessidade de novos meios de comunicação e abordagens para lidar com a educação, incluindo suas experiências, conquistas, desafios e adversidades.

Assim, em 14 de abril de 2020, o canal denominado TV Fonec foi criado pelo Fórum Nacional de Educação, tornando-se um espaço de divulgação de conteúdos relacionados à Educação do Campo. Ao reunir professores, pesquisadores, estudantes e militantes da Educação do Campo e Movimentos Sociais, por meio de vídeos, palestras, debates e outras formas de produção audiovisual, o Fórum compartilha experiências, reflexões teóricas e práticas pedagógicas voltadas para as realidades do campo.

Este espaço se transformou em um ponto de encontro destinado a todos os participantes envolvidos na Educação do Campo, facilitando a troca de conhecimentos e a discussão dos desafios enfrentados nesse contexto específico. Vale ressaltar que é possível participar de outros debates e exposições **online** por meio da TV Fonec. Algumas das **lives** disponíveis incluem temas como: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

1 Canal Fonec TV, disponível em: <https://www.youtube.com/@TVFONEC>

Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Financiamento da Educação do Campo; Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOCs) e a perspectiva de Paulo Freire; A Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, incluindo comunidades Indígenas, Quilombolas e Extrativistas; bem como discussões sobre a interseção entre escola, ciência e formação humana.

Diante desses elementos, este artigo propõe uma incursão analítica e sistematizada na *live* intitulada “Educação do Campo e os Sujeitos Coletivos de Direitos”², veiculada pelo canal do **Youtube.com** do Fórum Nacional da Educação do Campo (TV Fonec). O evento ganha relevância no âmbito da articulação política das organizações que compõem o Movimento da Educação do Campo, proporcionando uma oportunidade única para a reflexão sobre a importância política e organizacional dessa iniciativa.

A abordagem busca fundamentar a análise mediante referências teóricas, dando destaque a estudos que se dedicam a explorar os matizes da Educação do Campo. Este contexto teórico servirá como alicerce para a compreensão das dinâmicas políticas e organizacionais presentes na *live*, enriquecendo a interpretação dos elementos discutidos durante o evento.

Um ponto crucial desta investigação é a identificação da Educação do Campo não apenas como um direito, mas também como um dever do Estado. Nesse sentido, destacamos a sua relevância como instrumento de resistência e enfrentamento ao projeto neoliberal, um aspecto que será analisado em profundidade ao longo do artigo.

Dentro desse panorama, a pesquisa visa responder a uma indagação central: Como as lutas em prol da Educação do Campo em uma sociedade desigual revelam não apenas os problemas existentes, mas também anunciam conhecimentos e vivências? Essa questão norteadora abre espaço para uma reflexão mais abrangente sobre o papel transformador da Educação do Campo e seu potencial em fornecer informações cruciais para o entendimento e superação das disparidades sociais.

Portanto, este trabalho pretende não apenas analisar a *live* em si, mas também contextualizá-la dentro do cenário mais amplo das lutas pela Educação do Campo, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda das implicações políticas, sociais e educacionais desse movimento.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FqDAaEyBEbs&t=3455s>

METODOLOGIA

O artigo adota uma abordagem qualitativa, destacando características descritivas, analíticas e netnográficas. Segundo Kozinets (2014, p. 62), a netnografia constitui uma pesquisa observacional participante fundamentada no trabalho de campo *online*. Essa abordagem utiliza as comunicações mediadas por computador como fonte de dados, visando alcançar uma compreensão e representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunitário.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em cinco etapas de pesquisa netnográfica, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. Etapas de uma pesquisa netnográfica

Etapas	Definição
Primeira	Definição das questões de pesquisa, websites sociais ou tópicos a investigar
Segunda	Identificação e seleção de comunidade
Terceira	Observação participante da comunidade (envolvimento, imersão) e coleta de dados (garantir procedimentos éticos)
Quarta	Análise de dados e interpretação iterativa de resultados
Quinta	Redação, apresentação e relato dos resultados de pesquisa e/ou implicações teóricas e/ou práticas.

Fonte: Adaptado de Kozinets (2014, p. 63)

Na primeira e segunda etapa, elaboramos as formulações das perguntas de pesquisa e, simultaneamente, determinamos a comunidade que desejávamos analisar. Dessa forma, tivemos como fonte a extração de narrativas a *live* intitulada “Educação do Campo e os Sujeitos Coletivos de Direitos”, na qual foi transmitida no dia 13 de agosto de 2020, pelo canal do *Youtube.com* do Fórum Nacional da Educação do Campo (TV Fonec).

Como já destacado neste texto, o canal TV Fonec é um espaço de interações contínuas e possui constante fluxo. Além disso, já foram publicados, desde sua criação 62 vídeos. O canal conta com 7,4 mil seguidores, quando a pesquisa foi iniciada. A live analisada teve duração de 1 hora, 30 minutos e 25 segundos, e alcançou 5,264 mil visualizações³.

3 Informação referente ao momento de envio do artigo para submissão em 20 de novembro de 2023.

Na terceira etapa, realizamos a observação participante da comunidade, no qual estávamos presente no momento da transmissão ao vivo. Nesse contexto, a transmissão em análise teve a presença do Professor Miguel Gonzalez Arroyo, renomado sociólogo e educador espanhol, que já lecionou na Universidade Estadual de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, ele está envolvido no acompanhamento de iniciativas educacionais em diversas redes estaduais e municipais no país. Suas concepções abrangem temas como educação popular, cultura escolar, gestão escolar, ensino fundamental e desenvolvimento curricular.

Na quarta etapa, realizamos a análise de dados e interpretação iterativa dos resultados. Para coletar os dados, foram feitas transcrições das falas do participante, além de anotações detalhadas foram registradas durante a transmissão para enriquecer a análise.

Elaboramos as formulações de pesquisa e, simultaneamente, determinamos a comunidade que desejávamos analisar. Acreditamos que essa *live* ofereceria informações valiosas para a pesquisa, dada a experiência e o conhecimento do palestrante. No entanto, reconhecemos que a escolha pode ter influenciado os resultados, uma vez que outras transmissões com temas diferentes poderiam ter produzido resultados distintos.

Na quinta etapa, realizamos a redação e relato dos resultados de pesquisa. Os dados coletados foram analisados através da identificação e concentração em temas e categorias relevantes. A saber: Educação do Campo: que memórias celebrar? Quem ameaça essas memórias? Novas respostas de resistências.

Destacamos que não foi utilizado nenhum *software* específico para análise de dados. Bem como, não foi necessário obter consentimento, pois a transmissão ao vivo era pública e acessível a qualquer pessoa. Nas palavras de Kozinets (2014, p. 58): "A netnografia usa as informações publicamente disponíveis".

Durante essas etapas, visitamos as obras científicas que trataram do tema "Educação do Campo e os Sujeitos Coletivos de Direitos". Dentre essas, destacam-se as contribuições de autores como Arroyo (2003, 2020), Silva (2021) e Leher (2023), entre outros.

As análises são apresentadas ao longo dos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção realça a análise e discussões dos dados e resultados obtidos neste estudo, assim esse tópico contém subtópicos que salientam a análise e discussão das narrativas da pesquisa, sendo eles: 1. Educação do Campo: que memórias celebrar? 2. Quem ameaça essas memórias? 3. Novas respostas de resistências.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO: QUE MEMÓRIAS CELEBRAR?

O professor Miguel Arroyo(2020), inicia sua exposição tratando da importância de celebrar as conquistas da Educação do Campo ao longo dos anos, destacando dois pontos os pelos quais se faz necessária a celebração: a consciência da função política que tem a educação desde seu nascimento e o direito à memória das lutas exitosas.

Sobre o primeiro ponto, Arroyo(2020) aponta que a educação é indissociável da política, uma vez que a pedagogia nasce política. A função da pedagogia é compreendida como política desde as antigas sociedades, que viam na educação das crianças, a formação dos cidadãos que constituiriam o futuro do grupo e que, de acordo com a percepção do educador, é a educação que propõe as discussões sobre as contradições sociais e promove a transformação social a partir dessas discussões em coletivo. No segundo ponto, são elencadas conquistas provindas da luta da educação do campo, que alimentam a esperança de que novos avanços podem ser celebrados no futuro.

Nesse sentido, direito à memória das lutas populares enquanto símbolos de glória da classe trabalhadora e camponesa evocado por Arroyo(2020), vai na contra-mão das tentativas da classe dominante de apagamento da história dos subalternos. Dessa forma, recorremos a Paoli(1992), que discute a memória enquanto patrimônio dos povos e aborda o apagamento de parte da história, se limitando a narrativa dos dominadores, propondo uma memória coletiva que não contemple as conquistas dos dominados. Dentre tantos direitos negados aos trabalhadores e trabalhadoras, está o direito à memória, que nega que esses agentes da história a contem sob sua ótica. Nas palavras da autora:

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a

criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambigüidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares (Paoli. 1992, p.2)

Assim, a memória é também um espaço de identidade, de afirmação e que está em disputa. Ou seja, a celebração das memórias de luta, afirma os motivos pelos quais se luta e quais avanços já foram obtidos no campo da educação. Esses êxitos também ligam as gerações que estiveram nesses processos de avação, com as novas gerações.

Celebrando conquistas como a construção de escolas do campo, formação para educadores e educadoras do campo entre outras, Arroyo(2020) afirma a importância da coletividade para tais avanços. Os diversos coletivos que lutaram e lutam por direitos como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, o Movimento Negro, o Movimento Indígena, o Movimento Feminista e tantos que devem ser celebrados pelo seu histórico de enfrentamento às violências e opressões. Com isso, o autor rememora um de seus textos intitulado “PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO- o que temos a aprender com os movimentos sociais?”, explicando que chegou a este título após ter participado de conferências de educação onde muitas organizações estavam representadas pautando pedagogias de afirmação, quando “meconvence que as pedagogias mais radicais são as pedagogias em movimento”(Arroyo, 2020).

No texto, Arroyo (2003), aborda as construções coletivas dos movimentos sociais como pedagogias em movimento, ao invés de pedagogias dos movimentos, compreendendo as interações que passam dentro das relações em coletivo como fundamento dessas pedagogias. O autor aponta que os movimentos sociais:

nos advertem que o conhecimento socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam. Eles nos colocam questões complexas no campo da sociologia do conhecimento. No campo de construção e apreensão do conhecimento. (Arroyo, 2003, p. 43)

As experiências coletivas vivenciadas pelos movimentos, para Arroyo(2003), constroem uma educação identitária, afirmativa e consciente a partir nas trocas de

saberes entre os sujeitos, refetindo sobre si enquanto sujeito coletivo e não como indivíduo isolados dos processos e vivências. Essa maneira de educar, foge dos padrões propostos pela educação tradicional, que segundo o educador, parte de padrões como idade certa para uma competência específica, definir o que é idade certa ou incerta para alfabetização, calculo e outras atividades engessadas que não atendem a realidade do ensino aprendizagem.

2. QUEM AMEAÇA ESSAS MEMÓRIAS?

Na atualidade, o pensamento crítico emerge como uma bússola, guiando-nos por entre as complexidades de nossa história e realidade. O educador Arroyo(2020), em sua provocativa exposição, lança um desafio intrigante ao questionar se estamos destinados apenas a celebrar memórias gloriosas ou se é tempo de também render homenagem às memórias inglórias que, ameaçadas, persistem em nossa trajetória. “Estamos em tempo só de celebrar memórias gloriosas que não esqueceremos jamais, ou estamos também em tempos de celebrar memórias inglórias que foram ameaçadas e continuam sendo ameaçadas em nossa história?”(Arroyo, 2020). indaga o autor, incitando uma reflexão profunda sobre a seletividade de nossa celebração memorialística.

A indagação de Arroyo(2020) transcende o mero exercício de recordar; ela nos instiga a reconhecer as “ameaças políticas e pedagógicas” que pairam sobre essas memórias. Nesse desafio, somos convocados a identificar os obstáculos que se interpõem entre nós e os avanços que ansiamos reverenciar. Em um cenário onde as memórias são moldadas não apenas pela passagem do tempo, mas também por forças políticas e pedagógicas, a reflexão proposta por ele revela-se crucial para uma compreensão mais profunda de nossa própria narrativa.

Por outro lado, as palavras do sociólogo Boaventura de Sousa Santos na obra “*A cruel pedagogia do vírus*”⁴, ecoam como um alerta sobre os desafios que enfrentariamos no imediato pós-quarentena.

Ao contrário do que se possa pensar, o imediato pós-quarentena não será á um período propício a discutir alternativas, a menos que a normalidade

4 A obra “*A cruel pedagogia do vírus*”, é um relevante ensaio escrito por Boaventura de Sousa Santos, no ano de 2020, em meio à crise causada pela pandemia do novo coronavírus. No livro se apresentam importantes lições que ajudam a compreender os efeitos da crise, bem como identificar suas diversas causas e implicações ligadas ao cenário econômico, político e social em que vivemos.

da vida a que as pessoas quiserem regressar não seja de todo possível. Tenhamos em mente que, no período imediatamente anterior à pandemia, havia protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a corrupção e a falta de protecção social. Muito provavelmente, quando terminar a quarentena, os protestos e os saques voltarão, até porque a pobreza e a extrema pobreza vão aumentar. Tal como anteriormente, os governos vão recorrer à repressão até onde for possível, e em qualquer caso procurarão que os cidadãos baixem ainda mais as expectativas e se habituem ao novo normal. (Santos, 2020, p.29)

Ao contrário do otimismo que poderia acompanhar o retorno à normalidade, Santos(2020) vislumbra um cenário onde a discussão de alternativas é postergada, a menos que a normalidade anterior se revele inatingível. Ele aponta para os protestos massivos que antecederam a pandemia, destacando que as desigualdades sociais, corrupção e falta de proteção social eram questões latentes na sociedade.

Na trajetória delineada por Arroyo(2020), emerge a indagação crucial acerca das forças que se empenham em “aniquilar todos os avanços que aspiramos celebrar”(Arroyo, 2023). Esta interpelação ressalta a importância de decifrar as intrincadas dinâmicas políticas e educacionais que, por vezes, corroem as conquistas que ansiamos preservar e exaltar.

No Brasil, a ascensão da extrema-direita, evidenciada pelo golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff da presidência em 2016 e pela eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, resultou em um desmantelamento estrutural que privou o estado brasileiro das ferramentas de políticas públicas conquistadas ao longo dos anos pelos trabalhadores e trabalhadoras. De acordo com Silva (2023), durante esse período, houve uma série de ataques sistemáticos aos direitos dos trabalhadores, destacando a Lei nº 13.429/2017, conhecida como Lei da Terceirização; a Lei nº 13.467/2017, também conhecida como Reforma Trabalhista; e a modificação no sistema de previdência social por meio da Emenda Constitucional nº 103 (Brasil, 2019). A autora argumenta que essas medidas resultaram na terceirização e na retirada de direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que ampliaram o período de contribuição, dificultando e retardando o acesso à aposentadoria.

É relevante ressaltar, nesse contexto de desmantelamento, que o governo de Jair Bolsonaro extinguiu diversos ministérios, incluindo os da Cultura, Desenvolvimento Social, Indústria, Fazenda, Esportes, Comércio Exterior e Serviços, Cidades, Integração Nacional, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Segurança Pública e Trabalho (Agência Câmara de Notícias, 2019).

No contexto específico da “guerra cultural” que permeia a educação, as observações de Leher, Moreira e Santos (2023) destacam que a análise desse fenômeno não pode ser um exercício isolado e desvinculado do bolsonarismo⁵:

Não sendo um acontecimento insólido, embora peculiar, seria um erro examinar a educação de modo isolado e desconexo do bolsonarismo; do próprio governo Bolsonaro em suas conexões com segmentos da extrema-direita militar; do fundamentalismo religioso e de grupos economicos hostis aos direitos humanos, sociais; das frações burguesas que, no âmbito do bloco no poder, apoiam e se beneficiam do seu governo; e até mesmo de APHe que se opõem ao aprisionamento da educação publica no teatro de operações da guerra cultural (Leher, Moreira e Santos, 2023, p.10/11).

Eles apontam para a necessidade de considerar a interrelação com o governo Bolsonaro, suas conexões com setores diversos. Dessa forma, as colocações de Arroyo(2020) suscitam uma reflexão crítica profunda sobre as escolhas de memória, as ameaças latentes e o papel intrínseco das esferas política e educacional de nossa compreensão histórica. A análise proposta por Leher, Moreira e Santos (2023) enriquece esse debate ao iluminar as múltiplas facetas e conexões que permeiam o cenário educacional, evidenciando que sua compreensão demanda uma abordagem holística e contextualizada no contexto político e social brasileiro.

Em um momento da *live*, Arroyo(2020) instiga a reflexão ao sugerir que os avanços devem ser interpretados como um período intensivo de formação, enfatizando a necessidade de enxergarmos esses momentos de memórias ameaçadas sob uma perspectiva pedagógica. Ele questiona se tais circunstâncias são pedagógicas ou anti-pedagógicas, deixando espaço para interpretações diversas: “Isto é pedagógico ou anti pedagógico, conforme quisermos”(Arroyo, 2020).

Em meio a tempos marcados pela crueldade, a palavra “crueldade” transcende sua mera caracterização como figura de linguagem; é, na realidade, um projeto e uma prática recorrente no governo Bolsonaro.

É necessário postular e demonstrar que o intento de afastar os jovens das classes trabalhadores da educação pública é algo perceptível na vida real. Uma das expressões dessas ações destrutivas deliberada é a

5 Quase como “via de regra, os termos bolsonarismo/bolsonarista(s) fazem referência às ações e às manifestações, movimentos sites e redes sociais que apoiam Jair Bolsonaro ou à seus ministros” (Aliaga, 2020, p. 62)

vertiginosa queda de números de escritos no principal Exame Nacional de ingresso nas instituições de ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio. Em 2014, 8,7 milhões se inscreveram no exame. Em, em 2020 a queda foi enorme: 4,8 milhões, sendo que 55% desistiram de realizar a prova. A grande maioria negra e pobres em geral. Em 2021 novas quedas, apenas 3,1 milhões de milhões se inscreveram o governo atual de modo sistemático para inviabilizar a participação dos Estudantes pamperizados mantendo calendários e viáveis, tratando o uso do vultuoso Fundo da Universalização das Telecomunicações na democratização do acesso à internet desconsiderando o apelo de estudante e da secretarias estaduais e municipais de educação. O pressuposto de não oculto foi de que os 'melhores' se prepararem prepararam e por conseguinte, os que ficaram para trás poderiam contribuir para uma "saúvel profilaxia" afastando pobres negros componentes das instituições superiores (Leher, Moreira e Santos, 2023, pp.36).

Arroyo(2020)desafia-nos a investigar as pedagogias emergentes em meio aos desafios contemporâneos, que vão além das crises de saúde, incluindo também as crises políticas, econômicas, sociais e culturais: "Que pedagogias podemos encontrar em tempos de pandemia? Não só de pandemia de vírus, mas também de pandemia política, econômica, social e cultural" (Arroyo, 2020).

Nesse contexto, Santos e Sapelli (2023) contribuem para a reflexão proposta pelo autor

Eis aí um grande desafio para Educação do Campo: resisti e semear em cada tempo histórico, com as ferramentas adequadas as suas necessidades, sem perder de vista estratégia de transformação social, sem a qual educação não cumpre o seu papel emancipatório e formador das novas gerações igualmente transformadas. É necessário reorganizar os coletivos, animar militantes, investir em processo de formação continuada, especialmente formação política, e não limitar a luta ações defensivas, mas organizar as ações de forma coordenada, na perspectiva histórica de construção e acúmulo de força. É, mais importante, em razão das tempestades e violência destes tempos, manter-se em vigilância e cuidado. Novos tempos e novas colheitas estão sendo preparadas (Santos; Sapelli, 2023, p. 120).

Nessa direção, Santos e Sapelli (2023) entendem que "há pelo menos dois projetos em disputa: o do agronegócio, pautado nos interesses do capital, e o da Reforma Agrária Popular, sustentado na produção agroecológica" (Santos;Sapelli,

2023, p.101).Esse contexto demonstra o impacto diretamente nas ações da Educação do Campo e alerta para a necessidade de uma análise crítica.

Arroyo(2020), sensível à busca por verdade, conhecimento e ética, destaca a relevância desses valores nos dias atuais, em que os poderes instituídos tentam obscurecer a verdade e os valores éticos com contra-valores e mentiras. Ele lamenta a ausência desses fundamentos na escola e nos currículos de licenciatura e pedagogia, evidenciando uma lacuna que precisa ser abordada: “Porque esses valores não estão na escola e nem nos currículos de licenciatura além dos cursos de pedagogia”(Arroyo, 2020). Essas palavras ressoam como um chamado à reflexão sobre a essência da educação em meio aos desafios contemporâneos.

3. NOVAS RESPOSTAS DE RESISTÊNCIAS

Novas respostas de resistências emergem quando se considera a visão de Arroyo (2020) sobre a luta por terra como um ato educativo em si. A assertiva de que “Os que lutam por terra são educadores e educadores” ressalta a dimensão pedagógica intrínseca a esse movimento social.

Contrapondo-se à tradicional perspectiva da educação escolar, Arroyo (2020) desafia a obsessão por marcos temporais no aprendizado formal. Sua crítica à busca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aqueles que não adquiriram conhecimento na idade considerada correta questiona a rigidez de um sistema que muitas vezes negligencia as nuances e diversidades do processo educativo. Nesse contexto, a luta por terra não é apenas uma reivindicação por espaço, mas também uma manifestação de aprendizado contínuo, desafiando as estruturas estabelecidas e promovendo uma compreensão mais holística e inclusiva da educação.

Essa mania que nós temos, a educação escolar de acompanhar cada menino para aprender a letra ‘b’ na idade certa ou incerta, a EJA para quem não aprendeu na certa, uma certa a correr esse risco é o que temos que entender. Aquilo que Paulo Freire nos falava: ‘ninguém se educa sozinho’, toda educação é um ato coletivo. E agora temos que celebrar esta educação desses coletivos. Dos coletivos que merecem ser celebrados, são eles que têm que ser celebrados como educadores, como pedagogos, como aqueles que nos ensinam a repensar teorias pedagógicas, a repensar a história, são eles(Arroyo, 2020).

A citação de Paulo Freire, “ninguém se educa sozinho” (Freire, 1987), sublinha a natureza coletiva da educação. Arroyo(2020) ressalta que toda educação é um ato coletivo, uma celebração dos coletivos que se reúnem como educadores e pedagogos, contribuindo para a construção do conhecimento e da história.

Os coletivos em movimento mencionados são identificados como os verdadeiros agentes educativos do país. O Movimento Sem Terra, o Movimento Sem Teto, o Movimento Indígena, o Movimento Quilombola, o Movimento Negro e o Movimento Feminista são vistos como educadores que promovem não apenas teorias pedagógicas, mas também recompensam a história. Segundo o autor, “Estes são os movimentos que nos inspiram e faremos uma coisa: não celebremos apenas o Fonec, celebremos os movimentos sociais. Os sujeitos, os coletivos, que são os grandes educadores deste país”(Arroyo, 2020).

Ao celebrar esses Movimentos Sociais, Arroyo(2020) destaca a importância de reconhecer e valorizar as matrizes pedagógicas que eles afirmam.

Os movimentos sociais afirmam matrizes pedagógicas. A educação não é simplesmente, como se fala tantas vezes, política. O que ensinar, como ensinar, como aprovar ou reprovar, passar ou não passar, isso é uma vergonha! Uma das coisas fundamentais é que os movimentos sociais colocam a educação onde ela realmente acontece. E ela acontece nas matrizes pedagógicas mais básicas da vida humana. Que matrizes são essas? É a terra. Terra é mais do que terra, e é mais do que a escola quando tem a luta por terra. E a escola é mais escola na periferia quando está vinculada à luta por teto (Arroyo, 2020).

A educação, nas palavras de Arroyo(2020), não deve ser reduzida a políticas e procedimentos burocráticos, como aprovação ou reprovação. Em vez disso, a verdadeira essência da educação é encontrada nas lutas por terra, nas batalhas por teto nas periferias. A terra, vista como mais do que simples solo, torna-se uma metáfora para a base das matrizes pedagógicas que sustentam a vida humana.

Na análise sobre a importância dos Movimentos Sociais, o educador ressalta a necessidade da interseccionalidade das lutas e da união entre diferentes movimentos por direitos, reconhecendo as opressões como interseccionais. Segundo Arroyo(2020), “Toda opressão em nossa história é somatória. E as opressões da classe são a somatória das opressões de raça, das opressões de gênero, das opressões no campo e nas águas”(Arroyo, 2020). Assim, a estrutura opressora permeia

todos os aspectos e relações da sociedade, visando manter os privilégios dos poderosos e a exploração dos pobres.

Obras como “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, e “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire(1987), abordam diversas opressões a partir da privação de um bem fundamental: o alimento. Castro (1948) destaca a fome como um elemento desumanizador que submete indivíduos ou grupos às condições mais adversas nos aspectos social, ético, moral e humano, inclusive o risco de morte devido à subnutrição. Em consonância com essa denúncia, Freire (1987) aponta que, mesmo com acesso à escola, um estudante privado de alimentação não consegue aprender, pois a fome prejudica a concentração. Assim, mesmo frequentando a escola, o estudante não desfrutará plenamente do direito à educação, já que sua atenção está voltada para a necessidade básica de alimentação.

Assim, a negação de direitos básicos torna o indivíduo vulnerável a todas as formas de opressão, conforme Arroyo(2020) explicou em sua exposição, todas interligadas para a preservação da estrutura exploradora, que atinge efetivamente todos aqueles considerados menos importantes pela classe dominante. Vejamos:

Eu diria para vocês simplesmente uma coisa: a opressões são interseccionais. Não se ataca simplesmente os indígenas Se ataca aos indígenas e às suas terras. Não se ataca simplesmente às mulheres, se atacam as mulheres e negros. Não se ataca simplesmente ao educandos, se ataca os educandos pobres, das periferias e negros, sempre! (Arroyo, 2020).

Contrariamente a essas investidas, o educador destaca como novas formas de resistência a união entre os coletivos oprimidos. Conforme afirmou, as lutas individuais se dissipam facilmente diante das inúmeras manifestações de opressão que sustentam a estrutura capitalista. Nesse contexto, torna-se imperativo buscar interesses comuns entre os movimentos sociais, como a luta pela terra, que figura nas demandas dos movimentos indígenas, trabalhadores sem terra, quilombolas e outros grupos. Essa luta também se conecta com a busca por moradia dos movimentos sem-teto e das periferias. Em outras palavras, se a opressão é cumulativa, a resistência também deve ser, visando uma intervenção mais eficaz. Assim, Arroyo(2020) enfatiza que a união dos coletivos em luta aumenta substancialmente suas chances de conquistar suas reivindicações na correlação de forças entre oprimidos e opressores.

Nesse contexto, fazemos referência a Paulo Freire, que, ao contemplar a histórica Marcha dos Sem Terra em 1997, a considera uma expressão de revolta a ser seguida por outros grupos insatisfeitos no Brasil. Nas palavras de Freire:

[...] que bom seria...se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível (Freire, 2000, p. 23).

Nesse contexto, são apresentados exemplos de grupos marginalizados na sociedade que precisam se mobilizar em prol da mudança social. Freire (2020) destaca os levantes e as marchas protagonizadas por pessoas privadas de direitos, enxergando essas ações como manifestações pedagógicas e simbólicas, nas quais os oprimidos emergem para expressar suas aspirações.

As diversas formas de protesto idealizadas por Paulo Freire em 1997 ganham vida na perspectiva de novas resistências, conforme proposto por Arroyo(2020). Nesse contexto, as demandas por terra, direitos humanos, alimentação saudável e outras, que surgem em diferentes setores, compartilham o mesmo clamor dos menos favorecidos prejudicados pela classe dominante.

Dessa maneira, Arroyo(2020) nos instiga a reavaliar a educação, a identificar os verdadeiros educadores nos Movimentos Sociais e a apreciar as raízes pedagógicas que ultrapassam os limites das instituições escolares, encontrando-se nas questões essenciais da vida e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos responder à seguinte pergunta: Como as lutas em prol da Educação do Campo em uma sociedade desigual revelam não apenas os problemas existentes, mas também anunciam conhecimentos e vivências?As reflexões apresentadas reforçam a compreensão de que a educação transcende seu papel convencional de mera transmissão de conhecimento, emergindo como uma força política intrínseca desde as antigas sociedades.

A visão de Arroyo(2020) destaca a importância vital da celebração das memórias de lutas populares, não apenas como um ato de recordação, mas como uma ferramenta poderosa na construção de uma narrativa coletiva que reconheça

as conquistas e desafios dos subalternos. A memória, portanto, é mais do que um arquivo do passado; é um espaço de identidade em constante disputa, moldando nossa consciência histórica.

A conexão entre memória e identidade se revela como um fio condutor ao longo das reflexões, ressaltando que a celebração das memórias de luta não apenas fundamenta os motivos dessas batalhas, mas também serve como uma ponte entre gerações passadas e presentes. A memória se torna, assim, um componente crucial na construção da identidade coletiva, proporcionando um senso de continuidade e pertencimento.

A valorização da coletividade surge como um elemento fundamental para avanços na educação do campo, reconhecendo o papel crucial de Movimentos Sociais como o MST, o Movimento Negro, o Movimento Indígena e o Movimento Feminista. Arroyo destaca que a construção coletiva é o alicerce das pedagogias em Movimento, sublinhando que o conhecimento socialmente construído é mais diversificado do que as áreas curriculares tradicionais consideram.

A crítica à educação tradicional oferecida por Arroyo(2020) destaca a rigidez dos padrões convencionais e aponta para a necessidade de uma abordagem mais flexível, que reconheça a diversidade de ritmos e processos de aprendizagem. Essa crítica ressoa como um chamado para repensar e reformar os sistemas educacionais que muitas vezes negligenciam as nuances individuais e coletivas dos alunos.

Na *live*, somos desafiados por Arroyo a celebrar não apenas memórias gloriosas, mas também as inglorias ameaçadas, transcendendo a seletividade em nossas celebrações memorialísticas. As advertências de Boaventura de Sousa Santos para os desafios pós-quarentena e as ameaças ao avanço nas políticas públicas no Brasil evidenciam um cenário complexo, onde a ascensão da extrema-direita e as políticas regressivas afetam diretamente a educação e a participação democrática.

Diante dos desafios contemporâneos, as novas respostas de resistências propostas pelo autor na *live* estudada, nos incentivam a repensar a educação como uma atividade coletiva, enraizada nas lutas sociais. A luta por terra é reconhecida como uma atividade educativa, desafiando a concepção tradicional de educação limitada às instituições formais. A crítica à rigidez do sistema educacional e a ênfase na Educação de Jovens e Adultos ressaltam a necessidade de abraçar a diversidade no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, L. A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista de Educação Encontros com a Filosofia**, Niterói, n. 12, p. 58-75, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44536> >. Acesso em: 09 de nov. de 2023.

ARROYO, M, G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais? **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, p. 29-49 jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf> Acesso em: 09 de nov. de 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 103**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União. Publicado em: 13 nov. 2019, Edição: 220, seção: 1, p. 1, 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.429 de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

BRASIL. **Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e outras a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. CASTRO, **Josué de. Geografia da fome-o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1948.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

LEHER, R; MOREIRA, A; SILVA, S. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: Expressões Neofacista no capitalismo dependente. Educação no governo Bolsonaro:

inventário da devastação *In*: LEHER, R. (org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-42.

MIRANDA, T. Medida provisória prevê 22 ministros no governo Bolsonaro. **Agência Câmara de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550465-medida-provisoria-preve-22-ministros-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 14 de nov 2023.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *In*. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, abr.2020.

SANTOS, C. A.; SAPELLI, M. Educação do Campo: mais do que modalidade, disputa de projetos. *In*: LEHER, R. (org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 99-120.

SILVA, A. M. Trabalho docente, pandemia de Covid-19 e investidas contra os direitos trabalhistas. *In*: LEHER, R. (org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 149-160.

SILVA, M. S. P. **Desigualdade educacional e exclusão digital no ensino remoto nas escolas básica do campo**. JOINPP, 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1225_1225612e8c50d0263.pdf. Acesso em:09 de nov. de 2023.